

A Língua no Discurso do Senso Comum: ideologia e imaginário

Rejane Beatriz Fiepke **CARPENEDO***
Eliana Rosa **STURZA****

* Mestrado em Letras/Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (2019). Bolsista CAPES. Doutoranda pelo mesmo programa. Contato: rejanefiepke@hotmail.com.

** Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (1994). Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Atualmente é professora Associada da Universidade Federal de Santa Maria e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras.

Resumo:

Esta pesquisa é parte de nossa dissertação de mestrado, e se propõe a analisar os dizeres enunciados no senso comum sobre a língua, no intuito de compreender qual a ideologia e o imaginário linguístico que atravessam esses enunciados. Muitos estudos já foram empreendidos em relação aos discursos sobre a língua, destacando os de Mariani (2004), que analisou os discursos de literatos e políticos, gramáticos e eruditos – pessoas de influência na sociedade do Brasil colônia. Assim, nos propomos a realizar esta análise para conhecer o imaginário de língua que circula no senso comum, a partir de comentários de internautas na fanpage oficial do Palácio do Planalto no Facebook, no primeiro pronunciamento oficial do presidente Michel Temer no exterior. A perspectiva teórica adotada é a da Teoria da Enunciação (BENVENISTE, 1989), voltada aos pressupostos da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), e fazendo uso do movimento analítico do procedimento de reescrituração. Observamos um imaginário de língua perpetuado no senso comum fundamentado na ideia de uma língua homogênea, pura e idealizada; bem como, confunde-se língua falada e língua escrita, tendo como critério para um português falado de modo “correto” a aproximação e fidelidade à gramática.

Palavras-chave:

Enunciação. Reescrituração. Imaginário da língua.

Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 22, n. 1, p. 46-66, abr. 2019

Recebido em: 05/02/2019

Aceito em: 14/04/2019

A Língua no Discurso do Senso Comum: ideologia e imaginário

Rejane Beatriz Fiepke Carpenedo; Eliana Rosa Sturza

INTRODUÇÃO

Na madrugada de 2 de setembro de 2016, o ouvido se atenta a um discurso transmitido ao vivo pela Fanpage Oficial do Palácio do Planalto em que ressoa uma voz que provoca uma enxurrada de comentários de internautas instantaneamente. É o presidente Michel Temer em seu primeiro pronunciamento no exterior, em Xangai, na China, após o processo que resultou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

“Viva o português correto do novo presidente!”, “Nossa língua materna falada corretamente outra vez”, “Que discurso perfeito e com classe”, “Temos um presidente alfabetizado”, proclamam à exaustão os sujeitos internautas, mediante a fala, de aproximadamente oito minutos, de Temer. Por fim, dentre os milhares de comentários no vídeo da transmissão, o que se evidencia é a referência ao português falado pelo presidente, que segundo esses internautas reflete a verdadeira língua do povo brasileiro. Mas, de que língua falam estes sujeitos?

Assim, nosso corpus está constituído por um conjunto de comentários produzidos pelos internautas sobre o pronunciamento do presidente Michel Temer em um vídeo veiculado durante sua primeira visita ao exterior. O destaque nos comentários são as várias e inúmeras referências à língua portuguesa usada pelo presidente. Ao todo foram aproximadamente 20 mil comentários, dentre estes, em torno de um terço se enquadram neste quesito, referente à língua. No processo de constituição e recorte do corpus percebemos que a língua portuguesa falada pelo presidente é incessantemente significada de modo a determinar a qualidade do uso de uma variante “cultura” do presidente Temer, materializada pelo uso recorrente de adjetivos elogiosos e avaliativos. Desse modo, optamos por selecionar um conjunto de comentários a partir dos sintagmas mais recorrentes que determinem ou especifiquem significando modos de valoração do uso de variedade padrão da língua portuguesa pelo presidente. Os comentários recortados estão organizados em dois eixos – constituídos por formas nominais – para desenvolver a análise dos dizeres do senso comum para interpretação dos sentidos de língua oriundos de opiniões formuladas na perspectiva de um discurso de senso comum.

A questão cerne consiste em investigar qual é o imaginário constituído no senso comum sobre a língua, e o que o senso comum legitima como língua de poder. Para tal, mobilizamos conceitos que julgamos imprescindíveis para o desenvolvimento do estudo.

Aprofundando-nos especialmente na questão do imaginário e da ideologia que rege o pensamento social sobre língua e perpassa as mais diversas esferas.

Esta pesquisa se constitui como uma contribuição para os estudos dos discursos sobre a língua, mas do lado apostado do que vem sendo analisado tradicionalmente, uma vez que muito se detém nos discursos de gramáticos, escritores, instituições, políticos e da mídia, mas pouco se atenta para os dizeres sobre a língua que circulam no senso comum. Neste sentido, Faraco (2012) afirma que

No caso da língua, é bastante claro que o que se diz sobre ela no senso comum é, de fato, muito pouco. Mas – temos de reconhecer – é também muito pouco o que temos realizado em termos de estudo e da compreensão dessas articulações discursivas do senso comum. [...] Há, portanto, muito ainda a se fazer no destrinçamento dos dizeres sociais sobre a língua (p. 35).

Assim, nos propomos a desenvolver uma pesquisa que acrescente conhecimento científico nesta nova/outra perspectiva dos dizeres sobre a língua. Além disso, há outro fator imbricado diretamente em nosso trabalho, pois, conforme Dias (2018, p. 171), “Falar em língua na atual conjuntura política brasileira é um privilégio e ao mesmo tempo, um desafio. Isso porque a língua sempre foi um lugar de poder. Um trunfo, uma arma para o controle, a regulação das populações”. Conhecer o imaginário que atravessa o discurso do senso comum é uma forma de compreender como os sentidos em torno do poder e da ideologia se movimentam, constituindo os sujeitos.

AS LÍNGUAS EM CIRCULAÇÃO: MATERNA, NACIONAL E OFICIAL

Uma peculiaridade comum a todos os países é a ideia de que possuem uma língua comum que lhes caracteriza frente as suas relações sociais e interpessoais, tanto no contexto nacional como internacional, o que faz em princípio que os sujeitos se reconheçam como pertencentes a uma mesma nação, o que lhes confere assim um sentimento de nacionalidade. Esta língua, no imaginário do senso comum, seria a oficial, que pode coincidir com a língua materna e costuma ser também uma língua ou mais das línguas nacionais faladas no âmbito da nação. Frequentemente essas três identificações são confundidas, como se carregassem o mesmo sentido, ou seja, pudessem inclusive serem usadas como sinônimo. No caso do Brasil, o português comumente coincide na ideia da língua oficial com a nacional e com a materna.

No intuito de distinguir essas designações iremos discorrer acerca de cada uma, apresentando as suas definições na perspectiva teórica da semântica histórica de enunciação, a qual toma a língua no seu funcionamento. Neste caso, nos referimos especificamente ao Brasil e a sua situação linguística. Considera-se necessária essa reflexão a partir dos sentidos atribuídos pelos internautas nos comentários na Página no Facebook do Palácio do Planalto,

nos quais se observam que não há diferenciação entre uma e outra designação de língua, segundo o status político que ela apresenta.

A língua é um aspecto fundamental do estabelecimento de unidade de um Estado, pois por meio dela se estabelece um vínculo com o povo, constrói-se como elemento de unidade territorial nacional, contribuindo assim para a construção da sua soberania. Por outro lado, também serve como ferramenta de controle das massas, dando-lhes voz e marginalizando-as ao mesmo tempo. Exemplo disso são o nazismo e fascismo, em que a unidade das nações foi garantida por meio da língua, na construção de um ideal monolíngue, com o apoio dos meios de comunicação em massa e da propaganda. Dentre os critérios apresentados por Hobsbawn (1990, p. 49) está a identificação nacional por meio da língua, e isto se dava “pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito”.

Reiteramos que no Brasil coexistem três designações para o modo como as línguas se representam para os sujeitos: oficial, nacional e materna. No entanto, há uma confusão imensa no modo como elas são compreendidas, em relação ao que representa cada uma, pois no imaginário do senso comum elas se equivalem, como se todas correspondessem a único modelo de língua, que é o do português padrão, como modelo da língua escolar da escrita e referendado por uma gramática. Historicamente, como já mencionamos, no Brasil a língua materna sempre esteve atrelada à língua nacional e língua oficial e esta relação tem a ver, por um lado, com negação de outras línguas nacionais, não reconhecidas oficialmente, como as línguas indígenas e de imigrantes, o que contribuiu para construção de uma cultura monolíngue, alimentada sobretudo por políticas nacionalistas. Deste modo, o nacionalismo linguístico contribui para fortalecer este tipo de coincidência, uma vez que ajuda a garantir maior vínculo de pertencimento da nação ao Estado nacional, pois é preciso uma língua hegemônica, reforçando assim a falsa ideia de que todos nós nascemos falando a mesma língua, uma língua igual e única em todo Brasil.

Conforme os estudos de Guimarães (2005), apesar de em nosso país ter apenas uma língua oficial, o português, ainda há em território nacional a presença de cerca de 30 línguas alóctones, ou de imigração, e aproximadamente 180 línguas autóctones ou indígenas, o que se constitui como um fator histórico-social, desconhecido por muitos. Já de acordo com dados de 2010 do IBGE ([201?]), são faladas em território brasileiro 274 línguas indígenas, de 305 etnias diferentes.

Em entrevista para uma matéria¹ sobre o Brasil e suas muitas línguas, publicada no site do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), Rosângela Morello, coordenadora-geral do IPOL, afirma que

¹ Então disponível em: <http://bit.ly/2XkGvIg>. Acesso em: 13 out. 2016. (Link não mais disponível).

Temos apenas uma estimativa do número de línguas faladas no Brasil. Em relação às línguas indígenas, os dados do Censo são maiores daqueles que os pesquisadores costumam reproduzir, que é em torno de 180 línguas indígenas. Além dessas, pesquisas mostram que há 56 línguas faladas por descendentes de imigrantes que vivem no Brasil há pelo menos três gerações (MORELLO).

E raramente nos referimos a alguma destas línguas ao se falar em língua nacional ou materna, considerando que são todas línguas nacionais, uma vez que coexistem em solo nacional, bem como algumas destas línguas são as línguas maternas, ou primeira língua, de muitos sujeitos brasileiros, que nasceram e vivem no Brasil.

Assim, partindo do pressuposto da existência deste imaginário constituído pelo discurso do senso comum, desejamos aprofundar a reflexão para compreender o funcionamento da língua oficial, nacional e materna.

“ELE FALA NOSSO IDIOMA DA FORMA COMO DEVE SER FALADO”: IMAGINÁRIO DE LÍNGUA

Estudar o imaginário é defrontar-se com um conceito extremamente polissêmico no campo científico, pois perpassa as pesquisas de diversas áreas do conhecimento. No campo do saber das ciências sociais, um posicionamento teórico possível é o de Pesavento (1995, p. 24), que afirma que “o imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o ‘verdadeiro’ e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber”. Isto significa dizer que o imaginário suscita uma gama de representações coletivas e imagens formuladas socialmente.

Paralelamente, no campo do saber da linguística, o imaginário também perpassa os conceitos inerentes a esta ciência. Ressaltando que a linha teórica da qual estamos falando é a enunciativa, em que a perspectiva subjetiva da língua se dá no seu funcionamento. Assim como há uma infinidade de imaginários, há também um imaginário de língua, conforme mostram os estudos de Orlandi (1988), que define as línguas imaginárias como objetos-ficção, e afirma que de um modo geral “são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias” (p. 28).

A língua imaginária é aquela presa aos sistemas de normatização, como gramáticas e dicionários, é a língua idealizada, de modo que esta língua impossível de ser vivenciada na realidade passa a habitar o pensamento do senso comum, como modelo perfeito a ser seguido e para ser considerado um falante do bom português. Este sistema de padronização da língua consiste basicamente no que Orlandi (1988) pontua, afirmando que um sistema como a gramática “deixa o que a língua é para ser como cremos que deve ser” (p. 29).

Apesar de a língua imaginária aparentemente permanecer no plano inalcançável pelos falantes, de algum modo ela implica sobre a realidade linguística, pois “A língua

imaginária tem um retorno sobre o real: modela-o” (ORLANDI, 1988, p. 29). A partir desse atravessamento, se constituem as ideologias que regem e criam juízos de valor sobre a língua falada.

Pêcheux e Gadet (2004), numa perspectiva discursiva, afirmam que existe língua e existem línguas, referindo-se à língua da gramática e à realização plena da língua. A esta última, a língua falada, Orlandi (1988) denomina como língua fluida, afirmando que esta “não pode ser contida no arcabouço de sistemas e fórmulas” (p. 34), e é a “língua na qual convivem processos muito diferentes e cuja história é feita de fartura e movimento” (p. 34). Sem o engessamento e inércia resultantes do processo de normatização, a língua fluida consiste na língua viva, se movimentando por entre os espaços de enunciação e produzindo sentidos.

Mariani e Medeiros (2007), partindo dos pressupostos de Orlandi (1988), afirmam que a “língua fluida visa compreender as línguas em seu funcionamento discursivo, funcionamento em que jogam as heterogeneidades e multiplicidades da produção de sentidos em um dado período histórico” (p. 27). Desse modo, a língua em uso no cotidiano, na convivência em sociedade, é a língua fluída, desprendida de normas, e permeada pelas questões sócio-históricas e políticas que constituem a identidade linguística de cada indivíduo. No entanto, ainda prevalece a noção de língua imaginária como a ideal, segundo a qual muitas vezes se julga a competência e capacidade intelectual das pessoas.

É imprescindível destacar que língua imaginária não é o oposto de língua fluida, pois são somente dois funcionamentos linguísticos distintos. A língua imaginária se consolida no plano das ideias, e a língua fluida no plano cotidiano da vivência diária. Nesta perspectiva, Guimarães (2003) apresenta duas categorias para língua imaginária, e respectivamente, duas categorias para língua fluida. Uma das fluidas é a língua materna: “língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que nasce a praticar; e a outra é a língua franca: é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercurso comum” (p. 48).

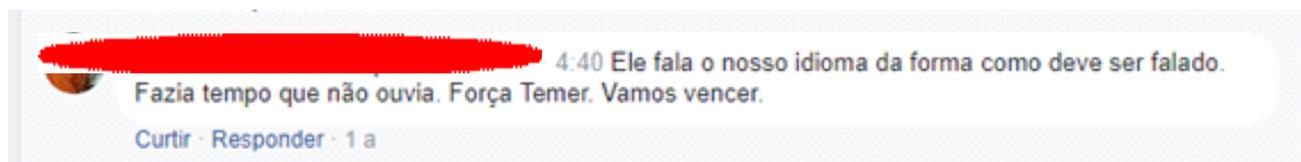
Em relação à língua imaginária, atrelada às questões institucionais e imaginárias (ideológicas), o autor destaca que ela também possui duas categorias de língua: a língua nacional e a língua oficial. Assim, a primeira “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo” (p. 48). Já a segunda é a “língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais” (p. 48).

Foi pensando ser possível conter a língua no arcabouço de regras, normas e leis, que governantes tentaram controlar o seu uso por meio de legislações. No entanto, o poder do Estado jamais alcançou totalmente os resultados pretendidos, pois a língua é viva e escapa, escorrendo por entre as grades das normatizações que lhe impõe. Como já mencionamos anteriormente, um exemplo é a Política de Nacionalização imposta por Getúlio Vargas, em 1937, que pretendia zelar pela unidade nacional por meio de uma única língua, a

portuguesa, em detrimento das tantas línguas de imigração faladas em território brasileiro. O Decreto desencadeou uma perseguição linguística ferrenha, punindo os sujeitos que continuavam falando a sua língua materna, conseqüentemente, ferindo a sua identidade linguística, o que respinga na história até os dias atuais, refletido na vida de quem colheu os frutos amargos do período do Estado Novo.

O imaginário de uma homogeneidade linguística nutriu a lei, porém nada conteve de fato a língua dos sujeitos, a língua fluida, inerente à prática diária da comunicação pessoal. Porque assim que a lei foi revogada, as línguas maternas voltaram ao seu uso cotidiano normal, evidentemente que agora em um contexto que provocava medo e uma certa insegurança, como sombras da proibição que ainda rondam, internalizadas no inconsciente dos falantes.

Assim, coexistem os funcionamentos da língua imaginária e fluida, produzindo sentidos o tempo todo. Os sujeitos inscritos na ordem fluida em suas práticas linguísticas são tomados pelo imaginário de uma língua ideal, a língua da norma, da correção, como observamos no comentário de um dos internautas:



Percebemos como o imaginário atravessa o enunciado na afirmação “fala o nosso idioma da forma como deve ser falado”, evidenciando que há uma maneira considerada correta, uma projeção que os sujeitos fazem do que seria a língua bem falada, que estaria refletida na figura do presidente Michel Temer em seu discurso.

Como explicitado por meio da imagem, interessa-nos compreender o funcionamento do imaginário de língua no contexto desta pesquisa, como se movimenta e produz sentidos a partir do discurso do senso comum.

Em movimentos iniciais, observamos que no corpus temos um encontro da língua fluida e da língua imaginária. De um lado, há o presidente Temer, falando uma língua que se aproxima da imaginária, pois há uma tentativa de falar o mais próximo da variedade padrão. Já na posição inversa, temos as falas das pessoas, que escrevem seus enunciados se aproximando de outras variedades e coladas na língua falada, sem observação às normas, constituindo-se assim, a língua fluida.

O sentido enunciativo presente nos enunciados dos internautas está em que apesar de no plano linguístico não se ter uma fala regrada pelas regras, pois há diversos erros gramaticais, no plano enunciativo se mantém um imaginário, uma língua imaginária, pois as pessoas produzem um discurso sobre a língua e em defesa do bem falar.

IDEOLOGIA LINGUÍSTICA E SENTIDO

A consolidação da padronização linguística culminou no surgimento de uma consciência entre os falantes de que apenas uma forma de língua poderia ser considerada correta. Desse modo, uma das características inerentes à ideologia de língua padrão, conforme Milroy (2001, p. 57), é a “firme crença na correção”. Ainda conforme o autor, essa crença determina que, quando houver duas variantes ou mais, apenas uma delas pode ser considerada correta conforme estipula o senso comum, por mais que haja discrepância nas opiniões sobre qual é a forma correta e a errada.

Em seu estudo *Ideologias linguísticas e as consequências da padronização*, Milroy (2011) apresenta uma reflexão sobre a ideologia do padrão, enfatizando o caráter de representação da norma e o poder modelador que a nossa ideia de língua possui. As práticas do senso comum são repletas de ideologia; no entanto, quem as sustenta não percebe tal fato, mas crê que seu posicionamento possui valor científico, “acreditam que seus juízos desfavoráveis sobre pessoas que usam a língua ‘incorretamente’ são juízos puramente linguísticos sancionados por autoridades sobre língua, e essa crença é, em parte, ela mesma, uma consequência da padronização (p. 59)”.

A partir disso, podemos inferir que o discurso do senso comum não associa esse pensamento sobre língua à discriminação e ao preconceito social. Assim, ressalta que, independentemente desses fatores relacionados aos falantes, quem usa a língua de modo “errado” tem a possibilidade de aderir à correção e usar a língua do modo como idealiza a padronização.

O padrão instaurado na crença do senso comum ignora os fatores sócio-históricos que perpassam a língua dos sujeitos, como se a “culpa do erro” fosse do falante, que pode perfeitamente aderir a um dos modelos do bom falar disponíveis.

Tratar do preconceito linguístico é tarefa delicada, pois consiste em um preconceito sutil e que, não raras vezes, é ignorado, visto como inofensivo e por estar relacionado ao preconceito social, mas com o poder avassalador sobre os sujeitos que o sofrem. Hoje esse preconceito ainda permeia a maioria dos âmbitos da sociedade, subjugando e excluindo os sujeitos que não seguem a gramática normativa, ou então, que muito se distanciam dela. Conforme Scherre (2005, p. 42), prevalece o pensamento de que tudo o que foge à gramática é errado e que o ensino normativo “tem o objetivo explícito de banir da(s) língua(s) formas ditas empobrecedoras, formas ditas desviantes, formas consideradas indignas de uma língua bem falada e, portanto, consideradas indignas de serem usadas por homens de bem”.

Orlandi (2013) vai ao encontro desta ideia ao abordar o preconceito linguístico, afirmando que “aquilo que é norma passa a ser um divisor que qualifica ou desqualifica os cidadãos, dando-lhes lugar ou excluindo-os da convivência social qualificada”. Assim, percebe-se que há uma língua de prestígio, aquela que em sua fala mais se aproxima com a gramática normativa, o que podemos definir como o português chamado de culto e reconhecido como padrão.

Para Joseph e Taylor (1990, p. 2), “Qualquer empreendimento que afirme ser não ideológico e neutro, mas que de fato permanece dissimuladamente ideológico e carregado de valor, é o mais perigoso por causa dessa sutileza enganosa”. Assim, é preciso cautela para com as instituições que afirmam não possuir posicionamento ideológico, enfatizando sua imparcialidade, pois representam maior risco que as decididamente assumidas.

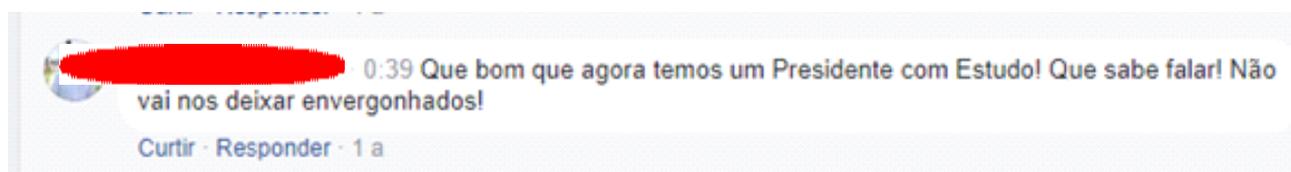
De encontro às instituições que dissimulam o seu posicionamento ideológico, há esferas da sociedade que criam um sistema ideológico com a intenção de exercer o controle e o criam por meio da língua, porque a palavra se constitui como um símbolo naturalmente ideológico, por isso, conforme Brandão (2011, p. 9), “é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam”.

Neste sentido, a elite que habita o centro do sistema ideológico e rege as suas manifestações, passa a exercer seu poder perante as demais classes sociais. Isso ocorre porque a língua tem a capacidade de impor status, que se consolida por meio da gramática normativa, considerada a única fonte que permeia o bem falar. Assim, a força ideológica da elite, exercida por meio da língua, acaba por subjugar aqueles que vivem à margem da sociedade.

Desta forma, funda-se o pensamento de que quem domina a gramática normativa, domina também a boa fala e uma escrita perfeita, mas isso não é correto, pois se criou essa concepção de certo e errado a partir da diferenciação das classes, como explica Câmara Jr (1979, p. 16):

Numa sociedade estruturada de maneira complexa a linguagem de um dado grupo social reflete-o tão bem quanto suas outras formas de comportamento. Desse modo, essa linguagem vem a ser uma marca desse status social. As classes superiores dão-se conta desse fato e tentam preservar os traços lingüísticos pelos quais se opõem às classes inferiores. Tais traços são considerados corretos e passa a haver um esforço persistente para transmiti-los de geração em geração. Esta atitude cresce em intensidade à medida que o impacto das classes inferiores se torna cada vez maior.

Reconhecido o poder da língua, e a sua capacidade de exercer domínio e garantir o status a quem carrega a boa forma, se perpetua um imaginário no senso comum de que os sujeitos detentores da boa fala são também altamente escolarizados. Portanto, como se percebe nos comentários dos internautas do nosso estudo, estes sujeitos têm a competência de ocupar os altos cargos, de representar o povo, inclusive na figura de -presidente do país, como se observa na imagem.



Por mais que o povo não use uma variante que se aproxime exatamente da língua da norma, se vê representado por quem a fala e se orgulha disso, como revela o enunciado. Não saber a língua das regras é motivo de envergonhar-se e envergonhar os outros, como podemos notar na figura 2 em “Não vai nos deixar envergonhados”. Assim, observamos neste enunciado uma correlação entre o alto grau de instrução com o modelo padrão de língua. Os que têm mais estudo são, portanto, mais cultos, é este argumento que sustenta a correlação de sentidos língua e escolaridade.

Deste modo, como discorreremos aqui, a língua foi um grande instrumento que contribuiu para a dominação e a disseminação da hegemonia ideológica que torna legítimo o poder das classes que exercem a dominação. Como nos lembra Lucchesi (2015, p. 18),

A violenta clivagem social da Roma imperial encontrava no cultivo da retórica e das refinadas circunvoluções literárias do latim dos patrícios, em oposição ao estigma social que se abatia sobre a linguagem rude e tosca dos plebeus, uma de suas mais poderosas representações simbólicas. [...] A formação dos modernos Estados nacionais encontrou na uniformização e homogeneização linguística um de seus mais importantes pilares, sobretudo em regimes autoritários e absolutistas, como os da França, mesmo que ao custo da atrofiação e da extinção de um dos mais ricos idiomas da cultura trovadoresca, o provençal.

Assim, nos deparamos com uma ideologia que rege o sistema e que exerce influência sobre a sociedade e as conjunturas. Em decorrência disso, se alimenta e se perpetua no senso comum o imaginário da língua ideal, da língua da normatização, língua que afere status aos sujeitos que a falam e legitima um lugar de poder.

MODOS DE REESCRITURAÇÃO E SENTIDO

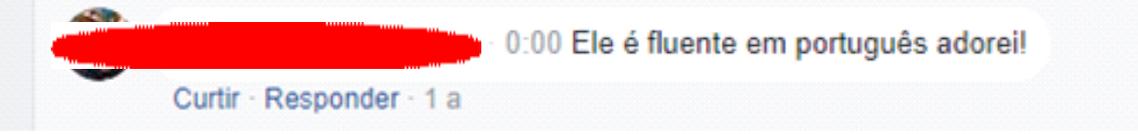
Antes de adentrarmos no processo analítico propriamente dito, é imprescindível discorrer sobre como se dá metodologicamente esse movimento de sentidos pela relação enunciativa de reescrituração. Para Guimarães (2018, p. 87), os modos de reescrituração podem ser por repetição, substituição, elipse, expansão e condensação. Já os sentidos podem se constituir por sinonímia, hiperonímia, especificação, definição, desenvolvimento, generalização, enumeração e totalização. Deste modo, com os operadores enunciativos da reescrituração referidos, analisamos os sentidos de língua presentes no imaginário do senso comum, a partir dos comentários dos internautas.

Estruturamos o nosso processo analítico em dois momentos, sendo o primeiro no eixo de funcionamento semântico “A”, português correto, e o eixo de funcionamento semântico “B” – Presidente Alfabetizado. Para cada eixo elegemos dois enunciados que representam os sintagmas mais recorrentes relacionados à língua portuguesa falada por Michel Temer. Enumeramos os enunciados como “SE1” e “SE2”, correspondendo à “Sequência Enunciativa” seguida do número.

a) Português Correto: uma representação do bem falar

Este conjunto se constitui por enunciados que remetem à ideia de correção de língua, no aspecto de uma avaliação estética do que é o “bem falar” significado pelos sujeitos. A seguir, podemos observar os enunciados e as suas respectivas ocorrências de reescritura. Os recortes são *print screens* (captura de tela) dos comentários na Fanpage do Palácio do Planalto, e o nome e a foto de perfil dos sujeitos estão ocultados para fins de preservação da identidade. Este eixo é constituído por duas Sequências Enunciativas (SE) partindo do sintagma “Português correto”.

Sabemos que os sentidos se movem, se transformam, são sempre outros, mas também se mantêm, permanecem enquanto os enunciados são outros. Estes sentidos buscamos analisar e pensar à luz da teoria da enunciação na perspectiva de Eduardo Guimarães, por meio da Semântica do Acontecimento, para desta forma compreender como se estrutura o imaginário do senso comum sobre a língua.

Eixo de sentido “Português correto”	
SE1	
SE2	

SE1: “**Ele é fluente em português adorei**”.

A Sequência Enunciativa 1 se dá pelo modo de reescrituração por substituição, uma vez que saber o que significa “Ele” envolve saber que “Ele” reescritura, por substituição, presidente. “Ele” produz sentido porque anteriormente é designado de outro modo nos enunciados, no caso, o presidente Michel Temer, assim, o significado de “Ele” está em “presidente”.

O sentido, conforme as categorizações de Guimarães (2018, p. 87), desta reescritura é de definição, pois “fluente em português” define/caracteriza “Ele”/presidente. Este sentido de reescritura estabelece uma relação de definição entre a reescrituração e o reescriturado,

ou seja, a partir dos sentidos que circulam neste Eixo analítico, “Ele é fluente em português” é a reescritura de “O presidente fala o português correto”. No entanto, destacando que a cada reescritura há sentidos que se mantêm e sentidos outros que vêm significar junto ao que já está posto no acontecimento da enunciação.

O movimento entre “fluente em português” em relação ao sentido de “português correto” apresenta uma compreensão equivocada na perspectiva conceitual. Orlandi (1988), ao abordar teoricamente a língua imaginária e a língua fluida, trata das especificidades do que vem a ser fluido, ou seja, a língua que está em movimento, desprendida das regras e normas impostas pelo processo de gramatização e instituição dos instrumentos linguísticos, pois a língua fluida é anterior a isso tudo, é a língua materna dos sujeitos falada rotineiramente nos agrupamentos humanos/sociais. Neste sentido, todo sujeito é fluente na sua língua materna, uma vez que sabe perfeitamente usá-la para se comunicar, e fluência, nesta perspectiva, não está relacionada com domínio de normas ou determinada variedade da fala.

Scherre (2005) afirma que a língua materna é a primeira língua do sujeito, adquirida no convívio com a sociedade, sem ensino formal, e sem a presença da escola, e portanto, não existe ensino de língua materna. Ainda, conforme a autora,

Em matéria de gramática, o que se ensina normalmente na escola é a gramática normativa da língua de uma comunidade e não a língua desta comunidade. Então, quando um falante nativo de uma língua explicita o sentimento secular inculcado de que não sabe falar a sua própria língua, ele está de fato confundindo a sua língua com a gramática normativa de parte de sua língua (p. 138).

Desta forma, percebemos que o conflito que se instaura no imaginário do senso comum, inclusive dos alunos, decorre do fato de que na maioria das vezes se ensina a gramática normativa nas escolas como se estivesse ensinando língua materna. Assim, desde a tenra idade se dissemina um pensamento equivocado sobre língua, e que segue se fortalecendo com a contribuição da mídia e discurso comum consolidado no âmbito social.

SE2: “O nosso velho e bom português!!! Nossa, quanta saudade!!! Deus o abençoe!#ForacorjadoPT”.

A SE2 repete o sentido de “português correto” por meio de uma reescritura em que se altera o sintagma, mas permanece o sentido. O modo de reescritura é por repetição, aqui vista como “nosso velho e bom português”, e o sentido é por generalização, ao adotar o pronome “nosso”, como se fosse de fato o português de todos. Repetir é redizer, e este movimento se dá ao longo dos eixos, em que algo sempre se repete, mas também há o novo, o outro, que se instaura concomitantemente.

Há um sentido que permanece, uma vez que o “português correto” está para o “velho e bom português”, e este movimento toca sutilmente a sinonímia, como se ambos

os sintagmas fossem sinônimos. E há um efeito de generalização, em “nosso”, referindo-se ao português do locutor do enunciado, ao português do presidente, e de quem mais se desejar, pois nosso equivale à junção de ‘eu-tu’, ou vários ‘tus’, ou seja, o sentido é de que o português do presidente é o mesmo do português do locutor do enunciado e de todo sujeito que está significado em “nosso”. Isso denota um imaginário de língua una, homogênea, igual de e para todos, desconsiderando-se a vivacidade da língua e a sua constante transformação em decorrência da sua natureza – sempre em movimento.

Ao citar a saudade do “velho e bom português”, remete à ideia de que o português falado pelos presidentes anteriores, que falavam a mesma língua portuguesa, mas não o “velho e bom português”. E nisto está novamente o imaginário de que todos falam, ou, deveriam, falar a mesma variedade da língua. Este imaginário se mostra atravessado pelo pensamento purista, aquele que preza por manter a pureza das formas, para que com o tempo não sejam ‘deterioradas’. Faraco (2016) traz uma abordagem sobre o purismo, explicando as suas implicações.

O purismo, qualquer que ele seja (étnico, religioso, político-ideológico, linguístico), tem um fundo comum: a recusa do outro, do diverso, do diferente. Ora, é a diversidade que faz a grandeza da vida e da cultura humana. Assim, qualquer tentativa de se definir um chão comum em meio à diversidade e à mudança não pode se fazer tendo como preço o apagamento ou o silenciamento do outro, da diversidade, da diferença (p. 2015).

O purismo se opõe ao movimento natural que se instaura no interior das instituições ao longo do tempo, pois não aceitar as mudanças e transformações significa rejeitar e silenciar tudo aquilo que muda, se adequando e adaptando a novas realidades. Moita Lopes (2013) relata as alterações constantes que ocorrem em todos os âmbitos sociais e a língua não se exime delas, fazendo-se imprescindível uma reflexão acerca do que entende-se atualmente por língua.

Se é um fato que as sociedades nas quais vivemos estão sendo rapidamente alteradas em um mundo de fluxos, no qual pessoas, textos e línguas estão cada vez mais em movimento por entre as chamadas fronteiras nacionais e aquelas nas redes de comunicação cibernética, é necessário repensar o que temos chamado de português (p. 19).

O discurso purista que se mantém e alimenta no interior do senso comum, e defende o “velho e bom português”, possui razão de existir, e pela perspectiva da historicidade o seu acontecimento semântico enunciativo está em meados do século XVIII, conforme nos explica Faraco (2016).

O mote do discurso purista era sempre o uso dos chamados autores clássicos da língua – em princípio, só o que estava nos clássicos era correto. Esse parâmetro, constituído pelo

pensamento do século XVIII, tinha sido consolidado por Candido Lusitano, pseudônimo árcade de Francisco José Freire² (1719-1773) (p. 210).

O discurso purista foi forjado no século XVIII e de ampla circulação da metade do século XIX até a década de 1920, mas aos poucos foi perdendo fôlego no Brasil. Isto se deu em virtude de que estava repleto de contradições internas; e assim não conseguia amoldar-se às características inescapáveis da língua fluida.

Mesmo com a percepção da falta de coerência para a sua consolidação enquanto fato/verdade, a crença no purismo teve as suas bases fortalecidas ao longo da história pela corrente normativista gramatical. E isso desenvolveu um imaginário, atravessado ideologicamente, de homogeneidade linguística, conforme destaca Lucchesi (2015, p. 130):

De um ponto de vista mais amplo, referente ao papel que a normatização linguística desempenha na construção da hegemonia ideológica no conjunto da sociedade, uma análise sócio-histórica remete aos contextos sociais e ideológicos que têm sustentado a conservação desse paradigma gramatical desde os finais do século XIX. [...] E o purismo gramatical tornou-se um poderoso instrumento de legitimação ideológica.

Ainda que transcorrido tanto tempo, o discurso purista permanece no imaginário de muitos falantes da língua portuguesa no Brasil, desde que se tinha como base a língua dos escritores clássicos; e hoje, alimentado pela mídia e algumas perspectivas de gramáticos, este imaginário se repete no pensamento do senso comum, fundamentado pura e simplesmente na oposição “português correto” e “português errado” – neste caso, o errado são todas as variedades que não se encaixam no padrão ou ideia de padrão que equivale ao que se tem como “correto”.

Moita Lopes (2013, p. 119) debate em seu estudo “Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural”, o quão importante é questionar essa ideologia que preza pela homogeneidade da língua, principalmente para que se reflita sobre as demais variedades que costumam ser vistas como irrelevantes e incorretas. “Ao desafiar o ideal de uma língua pura, focalizando o linguajar, essa posição teórica colabora para abrir espaço para problematizar as “vozes dos debaixo”, que tradicionalmente foram e são mantidas de forma cristalizada, por tal ideal, em sua inferioridade”.

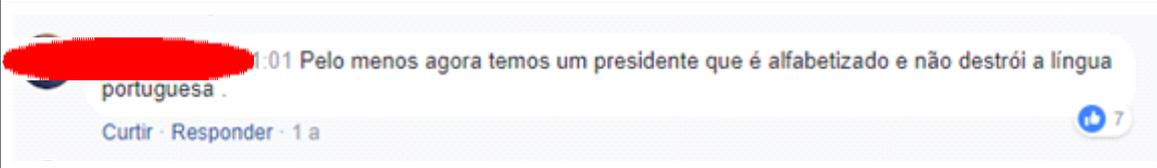
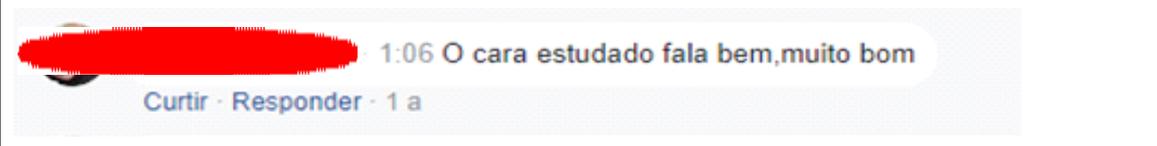
Assim, a SE2 do Eixo 1 traz o sentido do “velho e bom português”, que realmente significa em sua historicidade, e inclusive se perpetua até hoje em um imaginário difundido

² Freire era um padre oratoriano, admirador da poética do Renascimento (o classicismo) e muito versado nos estudos da Antiguidade greco-latina. Escreveu a *Arte Poética*, publicada em 1748, que foi o primeiro tratado de poética escrito em língua portuguesa e contribuiu para a afirmação da estética neoclássica do arcadismo português.

e alimentado pelo senso comum. No século XVIII, o velho e bom português era aquele dos escritores tradicionais, não ‘corrompido’ pelos costumes da colônia; hoje, é aquele que dignifica o presidente ao seu posto e que não cogita o reconhecimento das variedades da língua como formas também genuínas, moldadas pelo tempo e pelo uso.

b) Presidente Alfabetizado: o nível de instrução como determinante da língua ideal

Este eixo de enunciados é formado por um recorte de comentários que fazem referência ao letramento e escolarização, constituindo sentidos em torno da formação educacional do sujeito como critério que reflete em sua língua falada. A seguir, podemos observar as Sequências Enunciativas.

Eixo de sentido “Presidente Alfabetizado”	
SE1	
SE2	

As Sequências Enunciativas produzem sentidos referentes à alfabetização do sujeito como qualidade essencial para um falar correto, relacionando o grau de escolarização com o nível de domínio da língua portuguesa. O enunciado que traz o sintagma de maior recorrência e que simboliza este Eixo é “Sabia que o Brasil voltaria a ter um Presidente alfabetizado!!!”. Em cada SE há o atravessamento de um imaginário de língua, constituído ideologicamente no interior do pensamento do senso comum, e materializado nos enunciados.

Este é o segundo Eixo de sentido localizado em nosso corpus, determinado a partir da recorrência dos sintagmas referentes às duas grandes perspectivas enunciativas relacionadas à língua. A partir disso, nossos movimentos analíticos seguem fundamentados na Teoria da Enunciação, mais especificamente, nos preceitos da Semântica do Acontecimento, com a abordagem analítica apresentada por Guimarães (2018), que detém a análise centrada no plano semântico.

SE1: “Pelo menos agora temos um presidente que é alfabetizado e não destrói a língua portuguesa”.

Com base nos modos de relação por reescrituração, a SE1 apresenta a reescritura pelo modo de repetição no sintagma “um presidente que é alfabetizado”, e o sentido se dá por especificação, ao afirmar que “não destrói a língua portuguesa”. A SE repete que o presidente é alfabetizado, e esclarece que por ser alfabetizado não destrói a língua portuguesa. Logo, quem não é alfabetizado destrói a língua.

O sentido do enunciado elenca o conhecimento institucionalizado (escolarização) com o domínio da língua portuguesa, mais especificamente o bem falar, como se o primeiro fator fosse incidente sobre o segundo, e vice-versa. Se o sujeito é alfabetizado ele não destrói a língua portuguesa, ou, se o sujeito “não destrói a língua” é porque é alfabetizado. Já o advérbio “agora” remete, pela historicidade, a um período anterior, em que o presidente Lula e a presidente Dilma eram considerados “destruidores da língua”, e pela semântica da SE1, não poderiam ser considerados alfabetizados. Observamos a alfabetização funcionando como sinônimo do domínio da norma padrão da língua.

Há um detalhe na fala do presidente Michel Temer que faz suscitar o imaginário de língua do senso comum, que associa de imediato o “bem falar” ao nível de instrução, e Scherre (2005) especifica essa relação de sentidos.

A diferença básica entre brasileiros e portugueses, e entre brasileiros mais escolarizados e menos escolarizados, principalmente na fala, está na quantidade de concordâncias que deixam de ser feitas, embora se tente de todas as formas passar às nossas mentes e aos nossos sentimentos que os brasileiros, influenciados pelas línguas africanas, tenham reestruturado (ou, diriam alguns, preconceituosamente, mutilado) o português europeu. Mudamos nós e mudaram eles. Mudou o português no Brasil e mudou o português na Europa, fato comum em toda e qualquer língua que sofre a ação do tempo (p. 131).

As concordâncias se constituem como uma das características na fala do presidente que desperta a atenção dos sujeitos, além delas, está o vocabulário culto e rebuscado próprio do âmbito jurídico em que Temer se insere. Porém, de imediato o domínio da norma-padrão culta é associado à alfabetização, mas de que alfabetização falam esses interlocutores? Pois sabemos que esta relação é equívoca, uma vez que nem todo sujeito alfabetizado fala esse “português correto” preconizado pelo senso comum, e nem todos analfabetos “destroem a língua”, porque não há relação direta entre um fato e outro.

Além disso, o imaginário difundido ignora totalmente as mudanças naturais da língua que ocorrem com o passar do tempo, bem como, não compreende que há diferenças intrínsecas à língua no ato de falar e de escrever que fazem com que estes dois atos políticos não sejam homogêneos. O esforço para apagar as variações na língua e levá-la ao ideal da homogeneidade não é uma utopia atual, pois conforme Faraco (2012, p. 39), “A cultura escrita, associada ao poder social, desencadeou também, ao longo da história, um processo

fortemente unificador, que visou e visa uma relativa estabilização linguística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança”.

Os sentidos da SE1 movem-se por entre o imaginário de que de fato existe esta língua ideal, que é a língua falada pelo presidente, e os que falam desta forma são os ‘preservadores’ da língua e sujeitos alfabetizados, e quem não tem a sua fala nas consonâncias deste português é culpado por “destruir” a língua. Bem como, a alfabetização tendo como consequência um bom português é um fator que qualifica o sujeito, engomando o seu status, no caso, de presidente do país.

SE2: “O cara estudado fala bem, muito bom”.

A Sequência Enunciativa 2, do Eixo 2, reescritura o sintagma pelo modo de substituição, e sentido de definição. Compreender o que significa “o cara estudado” requer saber que reescritura, por definição, “presidente alfabetizado”. O sintagma reescriturado funciona ao mesmo tempo como sinônimo, em que o presidente alfabetizado equivale ao cara estudado, e é definido por “fala bem”. Ou seja, o presidente alfabetizado não é somente um cara estudado, mas também/inclusive “fala bem”, e isso é “muito bom”.

Porque o presidente é estudado, ele fala bem; nesta perspectiva, denota-se uma relação da língua falada com o grau de estudo, em que o imaginário consiste em defender que a escolaridade é determinante da variedade de língua que o sujeito irá falar. Ou seja, todo sujeito que possui uma boa oratória e domínio da língua portuguesa em sua modalidade oral é um sujeito instruído.

Atentamos que alfabetizado é aqui substituído por estudado, e assim movimentamos novos sentidos, além do grau inicial da escolarização que é a tão referida alfabetização, pois há agora um “cara estudado”, em que a voz do particípio denota uma ação terminada, ou seja, ele já concluiu seus estudos, e o seu “bem falar” é em decorrência disso. Faraco (2016, p. 213) afirma que “O tom de debate no Brasil (há mais de século) é sempre o mesmo: recrimina-se os brasileiros por não cuidarem de sua língua e por supostamente não saberem falar e escrever ‘corretamente.’”, o que justifica esse imaginário que relaciona tão intimamente língua falada com língua escrita ao grau de estudo.

Com isso, evidencia-se que é longo ainda o caminho a ser percorrido em busca da compreensão e respeito pela heterogeneidade linguística, com o conhecimento de que o processo de mudança linguística é histórico. Somente dessa forma se tornará possível, de modo gradual e lento, suplantarmos esses imaginários de língua enraizados no senso comum. Nesta perspectiva, Faraco (2016, p. 215) afirma que “no ensino e nas práticas sociais, é indispensável, em primeiro lugar, respeitar todas as expressões sociolinguísticas, combatendo todos os preconceitos e toda a violência simbólica que se pratica tendo a língua como pretexto”.

No imaginário consolidado, conforme a SE2, os sentidos movem-se em apenas uma direção, a de que o sujeito que é altamente escolarizado irá ter o domínio satisfatório

sobre a língua falada. No entanto, há sentidos que ainda necessitam ser tocados, os de que nem todos os sujeitos que dominam a boa oratória são “estudados”, e nem todos que são escolarizados possuem a capacidade de desenvolver uma boa fala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Mariani (2004), tradicionalmente os estudos de dizeres sobre a língua tem-se detido em investigar o discurso de gramáticos, literatos, políticos, ou seja, apenas pessoas de influência na sociedade. A partir disso, esta pesquisa visa disponibilizar uma outra perspectiva dos “dizeres sobre”, por meio de enunciados do senso comum, para compreender qual o imaginário e ideologia que constituem o pensamento de língua.

A perspectiva teórica adotada para o desenvolvimento do trabalho é a da Enunciação, proposta inicialmente por Benveniste, e reformulada, a partir dos preceitos de Guimarães (2002a), por meio da Semântica do Acontecimento. Este viés teórico preconiza que os enunciados são irrepetíveis, uma vez que se dão em um tempo e espaço únicos, e em decorrência disso, os sentidos são sempre outros, por mais que o texto enunciado seja o mesmo.

Compreendemos que ideologia e imaginário são duas noções importantes para a construção dos sentidos, o que justifica o nosso posicionamento teórico-conceitual ao adotar estes conceitos e desenvolvê-los ao longo da pesquisa. Ainda, consideramos imprescindível teorizar as noções de língua materna, nacional e oficial, monolinguismo, nacionalismo e purismo, movimentos políticos da norma e da enunciação. Bem como, pensamos o espaço virtual como um novo espaço enunciativo, buscando compreender as tessituras desse sujeito que enuncia neste ambiente.

Os movimentos analíticos foram realizados por meio do processo de reescrituração (GUIMARÃES 2018), que consiste em um procedimento de funcionamento semântico, em que se observa o modo como os sentidos se reescrevem textualmente, significando sempre outra coisa. Para proceder com a análise, observamos inicialmente todo o corpus de comentários dos internautas na fanpage oficial do Palácio do Planalto, referentes ao português falado por Michel Temer em seu primeiro pronunciamento no exterior na condição de presidente.

A perspectiva do senso comum sintetiza o lugar do qual estes comentários estão sendo construídos; os sujeitos enunciadores que produzem os enunciados, são os internautas, e eles entram no lugar da não identificação porque não é possível identificar exatamente quem são esses sujeitos e que lugares ocupam socialmente. Os internautas se colocam em uma perspectiva de significar o que é língua para eles.

Identificamos dois eixos de funcionamento semântico representados nas formas nominais mais recorrentes, sendo eles “português correto” e “presidente alfabetizado”. Em cada eixo, analisamos o modo e os sentidos das reescriturações das formas nominais referidas.

O corpus de análise se constitui de dois enunciados em cada eixo de funcionamento semântico. A partir disso, foi possível compreender o imaginário de língua que permeia a perspectiva do senso comum.

Dentre os sentidos observados, percebemos o quanto ainda se confunde no discurso do senso comum o uso escrito e falado da língua, em que se atribui a correção e a norma à modalidade oral. Assim, surge um conflito entre o plano linguístico e o plano enunciativo, em que o “bem falar” é idealizado e funciona como critério que qualifica, ou não, o sujeito para ocupar os espaços sociais de poder e visibilidade. Os enunciados apresentam um ponto de vista de uma língua imaginária, e inclusive, se percebe que o locutor não faz uso da mesma língua que defende. Os sentidos, em sua predominância, estão voltados à correção de língua e à escolarização, acreditando-se que sujeitos instruídos no sistema tradicional de ensino têm o domínio sobre a língua padrão.

A partir disso, precisamos compreender também, a realidade sócio-histórica e entendê-la como um conjunto múltiplo de variedades que consecutivamente irão refletir na língua em sua prática cotidiana. Isso implica entender a relação da língua com os grupos sociais que a utilizam e também superar os preconceitos linguísticos.

São os imaginários de língua que cooperam para a consolidação de uma ideologia linguística, sustentada na ideia de purismo, monolinguismo e homogeneidade. Isto em um país que desconhece a existência das aproximadamente 300 línguas, entre alóctones e autóctones, que coexistem com o português em solo nacional (GUIMARÃES, 2005). Assim, podemos inferir que o imaginário de língua e a ideologia geram uma falsa percepção da realidade linguística, e o senso comum se sustenta indubitavelmente nela.

Conhecer os sentidos de língua na perspectiva do senso comum nos apresenta um novo panorama dos dizeres sobre a língua estudados até então, possibilitando compreender os enunciados disseminados na sociedade que encontram forte respaldo midiático e popular, mas que não possuem nenhuma sustentação científica.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1989.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 2004.

CÂMARA JR, J. M. *História da Linguística*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

DIAS, C. *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes, 2018.

DUCROT, O. *El decir y lo dicho*. Buenos Aires: Edicial, 2001.

- FARACO, C. A. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 259-277.
- FARACO, C. A. História sociopolítica da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2016.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Tradução de B. Mariani *et al.* Campinas: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 2003.
- GUIMARÃES, E. A língua portuguesa no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24-28, abr./jun. 2005.
- GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.
- HOBBSBAWN, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- JOSEPH, J. E.; TAYLOR, T. T. (org.). *Ideologies of language*. Londres: Routledge, 1990.
- IBGE. *Estudos especiais*. O Brasil indígena. Língua falada. [201?]. Disponível em: <http://bit.ly/2ItaWDR>. Acesso em: 13 out. 2016.
- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARIANI, B. *Colonização lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.
- MARIANI, B.; MEDEIROS, V. G. Notícias de duas pesquisas: idéias lingüísticas e governo JK. *Veredas On Line*, v. 1, aemática, p. 128-144, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2J1sQN5>. Acesso em: 10 out. 2017.
- MILROY, J. Ideologias linguísticas e as conseqüências da padronização. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 49-87.
- MOITA LOPES, L. P. da (org.). *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013.
- ORLANDI, E. P. Política lingüística na América Latina. Campinas: Pontes, 1988.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

PESAVENTO, S. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.